



EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS RIBEIRINHOS: SENSIBILIZAÇÃO DOCENTE E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS NO MUNICÍPIO DE BARCELOS-AM

Lucimeri Mauricio Ribeiro¹
Maria Caroline Baracho de Melo Gama²

RESUMO

A participação no Projeto Rondon - Operação Amazonas, como acadêmica de Pedagogia da UNIFAA - Centro Universitário de Valença, só foi possível pela trajetória construída no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), atuando na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A vivência no PIBID forneceu a base teórica e prática necessária para o planejamento e execução de uma oficina de educação inclusiva direcionada a pais, professores e mediadores no município de Barcelos-AM, pois proporcionou vivência prática e fundamentação teórica sobre ensino, aprendizagem e adaptação de estratégias pedagógicas para públicos diversos. A oficina, integrada ao eixo educacional do Projeto Rondon, teve como objetivo sensibilizar e capacitar a comunidade escolar para o atendimento de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento, como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e dislexia. Baseada em princípios da educação inclusiva e na valorização da parceria entre família e escola, a atividade promoveu momentos de diálogo e práticas adaptadas, incluindo apresentações de recursos pedagógicos e troca de experiências. A metodologia inspirou-se na educação popular, priorizando o diálogo e o respeito aos saberes prévios dos participantes. Como resultado, observou-se o fortalecimento do vínculo entre comunidade escolar e famílias, além do incentivo à criação de uma rede de apoio local para práticas inclusivas. A articulação entre PIBID e Projeto Rondon mostrou-se essencial para a construção e execução da oficina, evidenciando que experiências formativas na graduação podem se complementar e potencializar ações de impacto social.

Palavras-chave: Educação inclusiva, PIBID, Projeto Rondon, Formação docente, Sensibilização.

1 Lucimeri Mauricio Ribeiro: Mestre, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais — IF Sudeste, lucimeri.mauricio@faa.edu.br

2 Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro Universitário de Valença - RJ, maria-caroline-gama@hotmail.com;





INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, além de diretriz legal, é um compromisso ético e social que assegura o direito à aprendizagem a todos, considerando as particularidades de cada estudante. Em contextos de difícil acesso, como comunidades ribeirinhas da Amazônia, essa garantia enfrenta obstáculos significativos, como a escassez de recursos, a limitação na formação continuada de professores e a distância dos centros de apoio especializado.

O município de Barcelos-AM, localizado no interior do estado do Amazonas, exemplifica essa realidade, demandando ações formativas que considerem tanto as barreiras estruturais quanto as especificidades culturais locais. A realização desta ação foi possível em decorrência da trajetória acadêmica no curso de Pedagogia e da participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). A experiência no programa forneceu a base teórica e prática necessária para o planejamento e execução da oficina de educação inclusiva durante a Operação Amazonas do Projeto Rondon, direcionada a pais, professores e mediadores escolares. Essa iniciativa teve como justificativa a necessidade urgente de ampliar a compreensão e a capacidade de ação da comunidade escolar frente às demandas de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento, como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e dislexia. O acesso a práticas pedagógicas inclusivas adaptadas à realidade local pode contribuir para reduzir barreiras, promover a equidade e fortalecer o vínculo entre escola, família e comunidade.

O objetivo geral da ação foi sensibilizar e capacitar pais, professores e mediadores escolares para a inclusão de crianças com necessidades educacionais específicas. Como objetivos específicos, buscou-se: (1) promover o conhecimento sobre transtornos do neurodesenvolvimento; (2) apresentar estratégias pedagógicas acessíveis e de baixo custo; (3) estimular a criação de uma rede local de apoio; e (4) valorizar o diálogo e a troca de experiências como ferramentas para a prática inclusiva.



METODOLOGIA

As ações descritas configuram-se como práticas extensionistas e formativas, sem caráter de pesquisa científica, não havendo coleta de dados identificáveis. Todas as informações registradas foram utilizadas de forma anônima e com finalidade exclusivamente pedagógica. Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia foi organizada em três etapas.

A primeira etapa consistiu na observação da escola, das salas de aula e em conversas com professores da rede com o intuito de mapear as percepções dos educadores sobre inclusão escolar, práticas já implementadas, desafios enfrentados no atendimento a crianças com condições neurodivergentes e estratégias utilizadas.

Entre os tópicos abordados estiveram: as dificuldades na inclusão de crianças com TEA, TDAH e dislexia; a formação prévia em educação inclusiva; os recursos pedagógicos disponíveis; e a relação estabelecida com famílias e redes de apoio. Essas observações foram fundamentais para orientar a elaboração das oficinas, garantindo que as atividades respeitassem a realidade e a experiência dos educadores locais. Todo o processo teve caráter formativo e reflexivo, sem qualquer tipo de coleta de dados pessoais ou análise de natureza científica.

A segunda etapa correspondeu à realização das Oficinas Pedagógicas, compostas por quatro encontros presenciais, com duração média de três horas cada, estruturados em quatro eixos: (1) sensibilização e esclarecimento sobre transtornos do neurodesenvolvimento ; (2) vivências sensoriais e empáticas, proporcionando aos participantes a experiência de se colocar no lugar de crianças atípicas; (3) apresentação de estratégias pedagógicas acessíveis e de baixo custo, utilizando materiais disponíveis localmente; e (4) estudo de casos e desenvolvimento colaborativo de recursos didáticos adaptados. As oficinas foram conduzidas incentivando a troca de saberes entre os professores locais e a equipe, em concordância com os princípios da pedagogia freireana.





Por fim, na terceira etapa foram registradas em diário de campo, reunindo observações, percepções e reflexões sobre as interações vivenciadas durante o processo formativo. Esses registros servirão apenas como memória das experiências, visando aprimorar futuras práticas extensionistas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva é um direito garantido por lei e deve ser compreendida como um processo contínuo de transformação da escola para que ela possa atender à diversidade de todos os alunos. Conforme destaca a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, “a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis” (BRASIL, 2008). Essa perspectiva exige mudanças estruturais, culturais e pedagógicas nos sistemas educacionais para que se concretize o direito de aprender com equidade.

A construção de uma escola inclusiva começa pela convicção de que todas as crianças, com ou sem deficiências ou transtornos do neurodesenvolvimento, têm o direito de aprender em ambientes acessíveis, respeitosos e sensíveis às suas singularidades. Como afirma Mantoan (2003), “o direito à educação é indisponível e, por ser um direito natural, não faço acordos quando me proponho a lutar por uma escola para todos, sem discriminações”.

Esse ideal exige práticas pedagógicas que acolham as diferenças como condição para o aprendizado coletivo, o que requer mudanças profundas na formação inicial e continuada de professores. A atuação docente, sobretudo em regiões com maior vulnerabilidade social e territorial, como as comunidades ribeirinhas do município de Barcelos-AM, exige criatividade, escuta ativa e a construção de estratégias pedagógicas que sejam compatíveis com a realidade local. Mantoan (2003) reforça que “ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis”. Para isso, torna-se necessário que os currículos dos cursos de formação de professores sejam revistos, de

modo que contemplem metodologias voltadas à diversidade e à equidade. Neste mesmo sentido, Paulo Freire (1996), em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, contribui com uma visão





humanizada e ética do ensino, ao afirmar que “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”. Essa afirmação sustenta uma postura de valorização da escuta e da construção coletiva do conhecimento, o que se mostra essencial nas práticas pedagógicas adaptativas. Essa abordagem teórica sustenta a proposta de oficinas que não apenas transmitem estratégias pedagógicas, mas que também fortalecem redes de apoio comunitário, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais significativo e efetivo.

Além de Mantoan (2003) e Freire (1996), autores como Rosita Edler Carvalho (2010) e Lev Vigotski também contribuem significativamente para a compreensão da educação inclusiva. Carvalho destaca que a inclusão não deve se limitar à presença física do aluno na escola, mas sim à construção de práticas pedagógicas que assegurem o desenvolvimento pleno e a participação efetiva de todos. Para a autora, “para que os espaços das classes comuns das escolas ofereçam educação inclusiva, além de atenderem às exigências da acessibilidade arquitetônica, devem atender às exigências da acessibilidade nas atividades e participação e não apenas inclusão como presença física. Esta é inserção” (CARVALHO, 2010, p. 6).

A autora também enfatiza que uma educação de qualidade deve ser concebida como “um processo contínuo e permanente de desenvolvimento integral do indivíduo (desenvolvimento cognitivo, intelectual, físico, espiritual, afetivo, social e moral)”, o que possibilita “a criação de uma sociedade mais igualitária e mais justa” (CARVALHO, 2010, p. 2). Nessa perspectiva, o papel do educador inclusivo é essencial, pois “professores especialistas em procedimentos são os profissionais do ensino [...]; mas nós, educadores inclusivistas, devemos ser profissionais da aprendizagem!” (CARVALHO, 2010, p. 5).

Já Vigotski, embora não tenha abordado diretamente o termo “educação inclusiva”, fundamenta com sua teoria sociointeracionista os princípios que a sustentam. Sua abordagem compreende que o desenvolvimento humano se dá por meio da interação social e da

mediação, o que implica reconhecer que a deficiência não é um impedimento para aprender, mas uma condição que pode ser superada por meio das trocas sociais e do ambiente escolar adequado. Essa perspectiva é reforçada por Freire (1996), ao enfatizar que o processo





educativo deve promover o diálogo e o respeito aos saberes e experiências do educando, contribuindo para uma educação verdadeiramente emancipatória e transformadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

IX Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

Com base nas observações e reflexões realizadas durante as oficinas, foram sistematizados três eixos principais de compreensão: 1) Compreensão sobre a inclusão, 2) Vivência e empatia como estratégias formativas, e 3) Desafios e perspectivas na prática docente inclusiva. Essas categorias emergiram a partir das reflexões e diálogos estabelecidos com os participante

1. Compreensão sobre a inclusão

Durante os quatro dias de oficina foi possível perceber que muitos professores e mediadores reconhecem a importância da inclusão, mas ainda a associam principalmente à presença física do aluno com deficiência na escola e não à adaptação curricular e à mudança de postura docente. O que dialoga com Mantoan (2003), que ressalta que a inclusão vai além da matrícula e requer uma revisão do fazer pedagógico e da forma de compreender o outro.

A partir das discussões os participantes demonstraram abertura para repensar seus conceitos e práticas e reconheceram que a inclusão envolve a escuta, o respeito às diferenças e a valorização das potencialidades de cada aluno. É um dos principais resultados do projeto, pois indica um movimento de consciência profissional e humana.

2. Vivência e empatia como estratégias formativas

A vivência simulada sobre autismo, TDAH e dislexia revelou-se um instrumento eficaz para promover a empatia e a sensibilização dos participantes. Os participantes relataram pela primeira vez se colocarem no lugar do aluno, compreendendo suas reais necessidades e



especificidades. Essa experiência prática gerou reflexões sobre o papel do educador como mediador do processo de aprendizagem e sobre a importância de adaptar o ambiente escolar às necessidades individuais.

ENALIC
X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

Essa percepção se aproxima das ideias de Paulo Freire (1996), ao afirmar que o educador precisa compreender o mundo do educando e dialogar com ele para que o aprendizado tenha sentido. A oficina permitiu a concretização desse princípio, mostrando que o conhecimento se constrói a partir da experiência compartilhada e do diálogo.

3. Desafios e perspectivas na prática docente inclusiva

Os relatos indicaram que os principais desafios enfrentados pelos professores de Barcelos estão relacionados à falta de formação continuada, ausência de materiais adaptados e escassez de apoio especializado. Além disso, emergiu um forte desejo de mudança e aprendizado. Mesmo diante das limitações estruturais, observou-se uma disposição coletiva em construir uma escola mais justa, democrática e sensível à diversidade. Isso evidencia que a educação inclusiva em contextos ribeirinhos exige formação, empatia e criatividade. As interações e vivências durante o processo demonstram que a conscientização sobre o tema foi despertada, levando os participantes a reconhecerem a inclusão não apenas como uma política pública, mas como um ato ético e humano (FREIRE, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação no Projeto Rondon em Barcelos constituiu uma das experiências mais significativas no âmbito acadêmico e pessoal. A vivência junto à comunidade possibilitou compreender o verdadeiro sentido da educação como prática transformadora. Observou-se

que incluir vai além da adaptação de conteúdos: trata-se de reconhecer o aluno em sua totalidade, considerando suas potencialidades, histórias e formas de aprender. A simplicidade das pessoas, o acolhimento e o desejo mútuo de ensinar e aprender evidenciam que a educação tem o poder de transformar realidades. Essa experiência também reforça a relevância da extensão universitária como elo entre o conhecimento acadêmico e a prática





social. Destaca-se, ainda, a importância de o Projeto Rondon continuar investindo em ações formativas que envolvam escolas e comunidades, promovendo conhecimento, escuta e empatia em contextos que mais necessitam. Essa vivência reafirma que ser educador é, antes de tudo, ser humano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação**

Inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008.

Disponível em: < <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>.> Acesso em: 19 out. 2025.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: educação especial e educação em classe comum*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010.

Disponível em: < <https://inclusaoja.com.br/>.> Acesso em: 20 out. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa.

23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

VIGOTSKI, Lev S.; FREIRE, Paulo. *Vigotski e Freire: tecendo caminhos para uma*

educação inclusiva e emancipatória de pessoas com deficiência. Educação & Sociedade,

Campinas, v. 22, n. 76, p. 83–99, 2001. Disponível em: < https://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-46122022000100310.> Acesso em: 19 out. 2025.

